



- 1.** Marque a alternativa CORRETA sobre a classificação das constituições.
- A) Constituição sintética pode ser entendida como a que estabelece normas gerais restritas à matéria constitucional. A Constituição da República Federativa do Brasil é exemplo dessa hipótese.
  - B) Constituição dogmática pode ser definida como a constituição escrita, elaborada através de órgão com atribuição constituinte, que sintetiza as ideias fundamentais do direito e da teoria política da época de sua criação.
  - C) A Constituição imposta pelo governante ou grupo detentor do poder submetida a referendo ou plebiscito é classificada como promulgada.
  - D) Constituição rígida é aquela que não permite alteração de seu texto por somente conter cláusulas pétreas.
  - E) A Constituição que permite a alteração de seu texto, mesmo com procedimento diverso das demais leis e mais rigoroso, é classificada como flexível.
- 2.** Assinale a alternativa que não prevê um dos legitimados para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade:
- A) O Presidente da República.
  - B) O Governador de Estado.
  - C) O Procurador-Geral da República.
  - D) A Mesa do Senado Federal.
  - E) O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 3.** Sobre as Funções Essenciais à Justiça na Constituição, marque a alternativa INCORRETA:
- A) O Ministério Público tem a função institucional de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
  - B) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
  - C) A consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal é exercida por Advogados nomeados em cargos em comissão pelo chefe do Poder Executivo.
  - D) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
  - E) Incumbe à Defensoria Pública a orientação jurídica e a defesa dos necessitados.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



- 4.** Analise as assertivas sobre a competência privativa e marque a alternativa CORRETA:
- I. Compete privativamente à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.
  - II. De acordo com a Constituição, compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
  - III. A competência privativa é atribuída a um determinado ente e impede a delegação ou o exercício de competência suplementar.
  - IV. A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
  - V. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- A) três assertivas estão corretas.
  - B) duas assertivas estão corretas.
  - C) uma assertiva está correta.
  - D) quatro assertivas estão corretas.
  - E) cinco assertivas estão corretas.
- 5.** Sobre os direitos fundamentais, analise as afirmações e marque a alternativa CORRETA.
- A) Os direitos de primeira geração podem ser considerados como direitos da igualdade. Um exemplo possível é a educação.
  - B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, mesmo durante o dia por determinação judicial.
  - C) A pena de morte não é permitida no direito brasileiro em nenhuma hipótese.
  - D) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
  - E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



- 6.** No que diz respeito ao Poder Executivo e à Administração Pública na Constituição, marque a alternativa CORRETA:
- A) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
  - B) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
  - C) É permitida a acumulação remunerada de três cargos públicos de professor.
  - D) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta anos e no exercício dos direitos políticos.
  - E) É permitida a vinculação ou equiparação das espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
- 7.** Assinale a alternativa INCORRETA no que diz respeito ao Poder Legislativo na Constituição:
- A) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
  - B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
  - C) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
  - D) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
  - E) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- 8.** Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa CORRETA:
- A) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após quatro anos de exercício.
  - B) O juiz em disponibilidade pode exercer dois cargos públicos de magistério.
  - C) A proposta orçamentária do Poder Judiciário estadual é elaborada pelo Governador do Estado.
  - D) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante.
  - E) De acordo com o texto constitucional, pelo princípio da autonomia do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não poderá rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



**9.** De acordo com a Constituição, assinale qual alternativa NÃO representa um dos princípios da atividade econômica:

- A) soberania nacional.
- B) propriedade privada.
- C) função social da propriedade.
- D) livre concorrência.
- E) prevalência da vida.

**10.** Sobre os direitos sociais, marque a alternativa CORRETA:

- A) Os empregados não poderão ser demitidos mesmo com indenização compensatória.
- B) O trabalhador rural não tem direito a fundo de garantia do tempo de serviço.
- C) Desde que exista convenção ou acordo coletivo, os salários poderão ser reduzidos.
- D) O piso salarial é fixado exclusivamente com base no grau de instrução do trabalhador.
- E) De acordo com a Constituição, os que percebem remuneração variável poderão receber salário inferior ao mínimo.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

---

**11.** A chamada imunidade recíproca, prevista na Constituição Federal de 1988, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) instituir impostos e taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- B) instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- C) instituir contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- D) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- E) cobrar taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

**12.** Nos termos da Constituição Federal de 1988, a regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar deve ser feita por:

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Lei ordinária.
- B) Resolução.
- C) Portaria.
- D) Lei complementar.
- E) Despacho.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



**13.** O princípio da capacidade contributiva relaciona-se diretamente com o seguinte princípio constitucional:

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) legalidade.
- B) devido processo legal.
- C) isonomia.
- D) programação.
- E) unidade orçamentária.

**14.** Nos termos do Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

- A) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, são consideradas normas complementares das leis, dos tratados e convenções internacionais e dos decretos.
- B) a expressão “legislação tributária” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, exceto decretos e normas complementares, que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- C) a legislação tributária interna revoga ou modifica os tratados e as convenções internacionais, e será observada pelos que lhe sobrevinha.
- D) o conteúdo e o alcance dos decretos não se restringem aos das leis em função das quais sejam expedidos, podendo ser também determinados pelas regras de interpretação da legislação tributária.
- E) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas, por sua vez, não são consideradas normas complementares da legislação tributária.



**15.** Conforme previsto no Código Tributário Nacional, TRIBUTO é:

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) toda prestação pecuniária, compulsória ou voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- B) toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada, e discricionária quando a lei tributária expressamente autorizar.
- C) a prestação econômica compulsória, em moeda ou bens, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- D) a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada, e discricionária quando a lei tributária expressamente autorizar.
- E) a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**16.** No que se refere à obrigação tributária, e considerando o disposto no Código Tributário Nacional, analise as afirmações abaixo:

- I. A obrigação tributária é principal ou acessória.
- II. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, não se converte em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- III. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- IV. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas I.
- B) Apenas I, III e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e IV.
- E) I, II, III e IV.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



**17.** Tendo em vista o disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

- A) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária e, também, rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- B) dependendo da natureza do fato gerador, a atividade administrativa de lançamento pode ser classificada em vinculada ou discricionária, não resultando, nesta segunda hipótese, em possível pena de responsabilidade funcional.
- C) o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa em qualquer hipótese.
- D) o lançamento por arbitramento, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, manifesta-se expressamente pela sua concordância ou não com o crédito tributário lançado.
- E) o lançamento por homologação é efetuado com base nas informações do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, apresenta à autoridade administrativa, dados e elementos sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

**18.** Considerando o disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA no que respeita ao instituto da isenção.

- A) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- B) Regra geral, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- C) A isenção somente pode ser concedida em caráter geral.
- D) A isenção é uma das causas de exclusão do crédito tributário.
- E) A isenção, exceto se prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

**19.** Considerando o disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

Se a lei não fixar prazo para a homologação do lançamento tributário, será ele de \_\_\_\_\_ anos, a contar da ocorrência do fato gerador.

- A) 2 (dois)
- B) 3 (três)
- C) 4 (quatro)
- D) 5 (cinco)
- E) 8 (oito)



**20.** Tendo em vista o disposto no Código Tributário Nacional, qual das hipóteses abaixo NÃO contempla hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- A) moratória.
- B) o depósito do seu montante integral.
- C) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- E) a prestação de fiança bancária.

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

**21.** As hipóteses a seguir descrevem situações que geram dispensa de licitação. Sobre o tema, assinale a opção INCORRETA:

- A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, sem que seja necessário manter todas as condições preestabelecidas.
- C) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- D) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- E) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

**22.** Assinale a opção que NÃO constitui modalidade licitatória:

- A) leilão.
- B) concurso.
- C) concorrência.
- D) convite.
- E) consórcio.





**23.** Quanto aos contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- A) a natureza *intuitu personae* dos contratos administrativos impede qualquer hipótese de subcontratação.
- B) os contratos administrativos não podem ser objeto de termos aditivos de acréscimo, sob pena de se ferir o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.
- C) a possibilidade de aplicação de penalidade constitui cláusula exorbitante, típica dos contratos administrativos.
- D) o Princípio da Continuidade do Serviço Público impede eventual rescisão por iniciativa do contratado ou por consenso.
- E) a alteração unilateral do contrato administrativo dá-se, independentemente, da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**24.** Quanto aos atos administrativos, é INCORRETO asseverar que:

- A) a anulação do ato administrativo retroage à data de seu surgimento.
- B) o desvio de poder macula o elemento competência do ato administrativo.
- C) ato administrativo complexo é o que resulta da vontade de dois (ou mais) órgãos para a formação de um único ato.
- D) a revogação de um ato administrativo decorre de um juízo de conveniência e oportunidade.
- E) ato administrativo vinculado é aquele cujos elementos competência, forma, finalidade, motivo e objeto são determinados em lei.

**25.** No que toca à responsabilidade civil do Estado, é CORRETO pontuar que:

- A) a responsabilidade estatal por omissão é subjetiva, ou seja, necessita de comprovação da culpa.
- B) a responsabilidade civil das empresas públicas é sempre objetiva.
- C) o Estado não detém personalidade jurídica, devendo os servidores ser responsabilizados pelos danos por eles causados.
- D) na hipótese de responsabilidade civil do Estado objetiva, é desnecessário provar a existência do dano.
- E) de acordo com a jurisprudência mais recente do STJ, firmada em sede de sistemática de recurso repetitivo, o prazo prescricional da pretensão de reparação civil contra a fazenda pública é de 3 (três) anos, conforme previsto no Código Civil.

**26.** Sobre o instituto da desapropriação, assinale a alternativa CORRETA:

- A) não incide sobre bens móveis.
- B) município pode desapropriar bem imóvel da União.
- C) concessionária de serviço público pode promover desapropriação.
- D) somente se realiza pela via judicial.
- E) o pagamento do preço sempre pode ocorrer por meio de títulos da dívida pública.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



**27.** No que toca ao tema da concessão e permissão de serviço público, marque a assertiva CORRETA:

- A) a concessão de serviço público sempre será antecedida de licitação.
- B) a concessão de serviço público dá-se por meio de ato administrativo.
- C) concessão de serviço público pode ser feita às pessoas físicas ou jurídicas, indistintamente.
- D) para a concessão do serviço público, a Administração Pública pode se utilizar de qualquer modalidade licitatória.
- E) a concessão de serviço público não pode ser feita a consórcio de empresas.

**28.** No que pertine ao tema servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) o prazo de validade de concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- C) inexistente, no Direito Brasileiro, a figura da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D) a remuneração dos servidores público é fixada por lei específica.
- E) é possível a acumulação de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horário e sejam respeitados os tetos remuneratórios fixados na Constituição da República.

**29.** Quanto à estabilidade do servidor público, é INCORRETO afirmar que:

- A) o servidor estável pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- B) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, servidor público tem direito adquirido a regime jurídico.
- C) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- D) os titulares de cargo comissionados são demissíveis *ad nuntum*.
- E) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**30.** Quanto ao Poder de Polícia, marque a assertiva CORRETA:

- A) não é capaz de restringir a liberdade ou propriedade do particular.
- B) é uma atividade exercida de forma apenas repressiva.
- C) sempre pode ser exercida por particulares.
- D) do seu exercício pode surgir sanção ao particular.
- E) é exercido apenas pelo Poder Executivo.



**31.** Tício ajuizou ação indenizatória pelo rito ordinário em face do Estado de Pernambuco em 03/06/2013 (segunda-feira). Em 06/06/2013 (quinta-feira) foi exarado o despacho citatório, vindo a Fazenda Pública Estadual a ser citada em 11/06/2013 (terça-feira). O mandado citatório cumprido positivamente foi juntado aos autos em 17/06/2013 (segunda-feira). De acordo com Portaria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nos dias 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do mês de junho não há expediente forense, ficando os prazos processuais suspensos, em decorrência do Recesso Junino. Levando em consideração que todas as informações acima estão corretas, o último dia para o Estado de Pernambuco apresentar tempestivamente a contestação na ação indenizatória em comento seria:

Assinale a alternativa CORRETA

- A) 23/08/2013 (sexta-feira)
- B) 26/08/2013 (segunda-feira)
- C) 25/07/2013 (quinta-feira)
- D) 16/07/2013 (terça-feira)
- E) 16/08/2013 (sexta-feira)

**32.** Analise a veracidade das assertivas:

- I. Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo, devendo os civilmente incapazes ser representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil.
- II. O Ministério Público deverá intervir nas causas em que há parte incapaz – quer relativamente, quer absolutamente –, sob pena de nulidade, na hipótese de restar configurado prejuízo ao interesse destes.
- III. A parte processual será representada em juízo por advogado legalmente habilitado, o qual deverá ser regulamente constituído por meio de instrumento de procuração, não se admitindo que pessoa com capacidade postulatória advogue em causa própria.
- IV. O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, desde que não tenha havido a prolação de sentença de mérito desfavorável ao seu constituinte, hipótese em que deverá prosseguir no feito até reverter o provimento judicial desfavorável.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) III e IV.



**33.** Sobre a Execução Fiscal é INCORRETO afirmar:

- A) Trata-se de procedimento especial de execução, exclusivo da Fazenda Pública, visando à cobrança de débitos inscritos em Dívida Ativa.
- B) A Certidão da Dívida Ativa (CDA) é espécie de título executivo extrajudicial.
- C) Na execução fiscal, a parte executada é citada para em 5 (cinco) dias pagar o débito ou oferecer contestação.
- D) A Fazenda Pública poderá desistir da execução fiscal ajuizada a qualquer tempo independentemente da concordância da parte executada.
- E) A presunção de certeza e liquidez de que goza a Dívida Ativa regularmente inscrita é relativa, pois pode ser ilidida por prova inequívoca.

**34.** Assinale a alternativa que indica a sequência de palavras que preenche corretamente as seguintes assertivas:

- I. Haverá ..... quando dois ou mais processos em curso apresentarem identidade de partes, causa de pedir e pedido.
  - II. A carência de ação é fenômeno processual que se caracteriza pela ausência de .....
  - III. A ..... é a peça de defesa do réu, por excelência, na atividade de conhecimento, por meio da qual este manifesta sua resistência à pretensão articulada pelo autor.
  - IV. .... é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.
  - V. Denomina-se ..... “a medida ou quantidade de jurisdição delegada a um determinado órgão ou grupo de órgãos”, ou ainda “a limitação do exercício legítimo da jurisdição por um órgão ou grupo de órgãos”.
- 
- A) coisa julgada – pressuposto processual – contestação – notificação – jurisprudência.
  - B) litispendência – capacidade processual – exceção – citação – capacidade jurisdicional.
  - C) perempção – condição da ação – impugnação – intimação – competência.
  - D) litispendência – condição da ação – contestação – citação – competência.
  - E) inépcia – competência – reconvenção – notificação – competência internacional.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



**35.** No tocante às hipóteses de cabimento dos recursos previstas no Código de Processo Civil, indique a assertiva INCORRETA:

- A) o recurso cabível em face de decisão interlocutória que exclui um dos litisconsortes por ilegitimidade passiva *ad causam* (art. 267, VI, do CPC) é o agravo de instrumento.
- B) em face de sentença que acolhe um dos pedidos do autor (art. 269, I, do CPC), porém, rejeita o segundo pedido autoral por entender – quanto a este – ausente o interesse de agir (art. 267, VI, do CPC) é cabível apelação.
- C) em face de qualquer ato processual com conteúdo decisório que apresente omissão, obscuridade ou dúvida é cabível a interposição de embargos de declaração.
- D) o recurso cabível em face de decisão interlocutória passível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação é o agravo de instrumento.
- E) é cabível recurso especial em face de acórdão que, ao julgar apelação, contraria lei federal.

**36.** O prazo para a União, Estados e Municípios apresentarem contrarrazões em agravo de instrumento é de:

Assinale a alternativa CORRETA

- A) 5 dias.
- B) 20 dias.
- C) 15 dias.
- D) 10 dias.
- E) 3 dias.

**37.** No tocante às nulidades no processo civil, NÃO se pode afirmar que:

- A) segundo o Princípio da Instrumentalidade das Formas, independentemente do tipo de nulidade – absoluta ou relativa –, o juiz considerará válido o ato, não lhe retirando a eficácia, se ele, realizado de outro modo, alcançar sua finalidade.
- B) um ato processual não deve ser declarado nulo se não houver prejuízo para a parte ou se o juiz puder decidir o mérito a favor de quem se beneficiaria com a declaração da nulidade.
- C) a doutrina majoritária classifica as imperfeições dos atos jurídicos em meras irregularidades, nulidades absolutas, nulidades relativas e inexistência.
- D) não existem nulidades de pleno direito, o que significa que mesmo o ato eivado de nulidade produzirá efeitos e consequências processuais até que haja decisão judicial reconhecendo seu vício.
- E) reconhecida judicialmente a nulidade de um ato processual, deverão ser anulados todos os atos subsequentes, sendo irrelevante se estes são dependentes ou não do ato cujo vício foi reconhecido.



**38.** Acerca do litisconsórcio e da assistência, nos termos das disposições do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, indique a assertiva CORRETA:

- A) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. Todavia, esse poder judicial de avaliar a conveniência do litisconsórcio não se aplica ao litisconsórcio facultativo, o qual não pode ser recusado pelo magistrado.
- B) Constatado o litisconsórcio necessário, a eficácia da sentença independe da citação de todos os litisconsortes no processo.
- C) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido. O assistente litisconsorcial poderia já ter ingressado no feito, desde o início, como litisconsorte facultativo da parte assistida.
- D) Não se admite que cada litisconsorte promova individualmente o andamento do processo, mas basta que apenas um deles seja intimado dos respectivos atos.
- E) Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, ainda que sob o argumento de que desconhecia a existência de alegações ou de provas, de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

**39.** Considerando as disposições legais sobre procedimento ordinário, formação, suspensão e extinção do processo, indique a alternativa CORRETA:

- A) A apresentação de exceção de incompetência do juízo não é causa de suspensão do processo.
- B) Feita a citação, o autor pode modificar o pedido ou a causa de pedir independente do consentimento do réu, pois a ação segue em benefício do autor e por iniciativa da parte.
- C) Quando a matéria controvertida for unicamente de fato e no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em outros casos idênticos, deverá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- D) O processo será extinto com resolução do mérito quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
- E) Depois da contestação, é vedado ao réu deduzir novas alegações, mesmo quando competir ao juiz conhecer delas de ofício.



**40.** Sobre sistema recursal, no âmbito do Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público. Assim, por sua legitimidade recursal ter amparo legal, é dispensável que o terceiro demonstre o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.
- B) A União, os Estados e os Municípios, no ato de interposição do recurso, devem comprovar o respectivo preparo, sob pena de deserção.
- C) Em caso de sucumbência recíproca, é possível que a parte que não tenha recorrido possa aderir ao recurso interposto pela parte adversa. O recurso adesivo não possui qualquer subordinação em relação ao recurso principal, de modo que será conhecido, mesmo se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- D) A cognição na fase recursal ocorre em duas etapas: juízo de admissibilidade e juízo de mérito. No juízo de admissibilidade, o órgão julgador analisa o preenchimento dos requisitos impostos pela lei para que se possa apreciar o conteúdo da postulação. É certo que, mesmo ante a ausência de algum dos pressupostos recursais, é permitido passar ao exame de mérito, em razão da plena autonomia entre este juízo e o de admissibilidade.
- E) Tempestividade recursal é um dos requisitos do juízo de admissibilidade dos recursos, determinando que seja respeitado o prazo fixado em lei para o manejo da impugnação. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Nas questões de nº **41** a **45** assinale a alternativa FALSA.

**41.** São pessoas jurídicas de direito privado:

- A) as associações.
- B) as organizações religiosas.
- C) os partidos políticos.
- D) as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- E) os condomínios.

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE  
ESTÁGIO EM DIREITO DA PROCURADORIA  
GERAL DO ESTADO - 2013**



**42.** A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Deixa de ser obrigatória a proposta:

- A) se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- B) se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- C) se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
- D) se, feita sem prazo a pessoa presente, a aceitação se formatar mediante a intervenção de parente colateral até o 2º grau.
- E) se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

**43.** Sobre os atos societários:

- A) A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até um ano após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.
- B) Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
- C) Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.
- D) Aplicam-se à atividade dos administradores, no que couber, as disposições concernentes ao mandato.
- E) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.





**44.** Quanto a transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades:

- A) O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.
- B) A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova. É ressalvado o direito do credor de acionar a sociedade extinta, independentemente da fusão, para forçar o cumprimento de obrigação remanescente inadimplida, tendo em vista a inoperância dos efeitos jurídicos da sucessão no caso.
- C) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.
- D) A deliberação dos sócios da sociedade incorporada deverá aprovar as bases da operação e o projeto de reforma do ato constitutivo.
- E) Em reunião ou assembléia dos sócios de cada sociedade, deliberada a fusão e aprovado o projeto do ato constitutivo da nova sociedade, bem como o plano de distribuição do capital social, serão nomeados os peritos para a avaliação do patrimônio da sociedade.

**45.** O testamento escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, observadas as seguintes formalidades:

- A) o testador deve entregá-lo ao tabelião em presença de duas testemunhas.
- B) o testador deve declarar, obrigatoriamente, que aquele é o seu testamento e que quer sua aprovação.
- C) o testamento cerrado não pode ser escrito mecanicamente.
- D) o auto de aprovação deverá ser assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador.
- E) tabelião está obrigado a lavrar, instantaneamente, o auto de aprovação, na presença de duas testemunhas, e fazer a leitura, em seguida, ao testador e as testemunhas.

**46.** São características da relação de emprego:

Assinale a alternativa CORRETA

- A) Pessoalidade, Onerosidade e Exclusividade.
- B) Exclusividade, Eventualidade e Subordinação.
- C) Subordinação, Onerosidade e Pessoalidade.
- D) Não Eventualidade, Gratuidade e Pessoalidade.
- E) Pessoalidade, Gratuidade e Exclusividade.



**47.** Em relação ao aviso prévio, assinale a alternativa CORRETA:

- A) será concedido na proporção de 15 (quinze) dias aos empregados com até um ano na empresa.
- B) será concedido na proporção de 15 (quinze) dias aos empregados com até um ano na empresa, acrescido de cinco dias por ano de serviço prestado na mesma empresa.
- C) será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados com até um ano na empresa, acrescido de cinco dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de 90 (noventa) dias.
- D) será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados com até um ano na empresa, acrescido de três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de 90 (noventa) dias.
- E) será sempre de 30 (trinta) dias, independentemente do período laborado na empresa.

**48.** Em relação à prescrição no Direito do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A prescrição é a perda do direito de ação, por inércia do seu titular, aliada ao decurso de um prazo determinado por lei.
- B) A ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, possui prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- C) É de dois anos, contados do término do contrato de trabalho, o prazo para o trabalhador ajuizar reclamação trabalhista, visando à declaração da existência de tal contrato de trabalho mantido com empregador e à condenação deste ao registro do contrato em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- D) A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.
- E) A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.



**49.** Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal.
- B) O direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado.
- C) É defesa a concessão de efeito modificativo no julgado, independentemente da natureza da omissão a ser suprida no julgamento de embargos declaratórios.
- D) No julgamento da ADC 16, o STF declarou inconstitucional o art. 71, §1º, da Lei 8.666/93 que prevê a impossibilidade de transferência de encargos trabalhistas, fiscais e comerciais para Administração Pública, nos casos de inadimplência, nos contratos de terceirização de serviços.
- E) Por força da OJ 382 da SDI-I do TST, a Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997.

**50.** Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- B) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos.
- C) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia.
- D) Das decisões do juiz, nas execuções, caberá recurso de agravo de petição, no prazo de oito dias.
- E) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, exceto quando a Administração Pública direta, autárquica e fundacional for parte.